



## 3.2 Folhas dos indicadores da Dimensão Social

### 3 - 2.1. Componente: **RENDA**

**INDICADOR 2.1.1: Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional, discriminada por situação do domicílio localização geográfica (urbana e rural), sexo e raça/etnia (indígenas, afrodescendentes e povos e comunidades tradicionais locais) (%)**

#### Definições

<i>Nome do Indicador</i>
Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional, discriminada por <b>situação do domicílio localização geográfica</b> (urbana e rural), sexo e <b>raça/etnia</b> (indígenas, afrodescendentes e <b>povos e comunidades tradicionais locais</b> ) (%)
<i>Descrição do Indicador</i>
O indicador procura verificar o progresso na redução da pobreza. A decomposição dos dados por localização geográfica permite verificar as tendências da pobreza rural, uma das áreas mais sensíveis da América Latina. A decomposição por sexo permite verificar a situação das mulheres rurais, um dos grupos sociais mais vulneráveis. O mesmo acontece para indígenas, afrodescendentes e comunidades locais. Embora a pobreza seja influenciada por muitos fatores, é um indicador importante a monitorizar na área das políticas agroambientais, uma vez que existe uma relação estreita entre a pobreza e a insegurança alimentar.
<i>Relação com os ODS</i>
<b>Objetivo 1:</b> Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. <b>Meta 1.2:</b> Até 2030, reduzir em pelo menos metade da proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem na pobreza em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais. <b>Indicador 1.2.1:</b> Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional, desagregada por sexo e idade. <b>Indicador 1.2.2:</b> Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.
<i>Relação com as DVPA-ALC</i>
Diretriz 3.5: Equidade na geração e distribuição de riqueza
<i>Relevância ou pertinência do indicador para as DVPA-ALC</i>
Segundo estimativas da CEPAL, entre 2002 e 2014 houve redução da pobreza e da extrema pobreza. No entanto, entre 2015 e 2016, a tendência de queda foi interrompida e os níveis gerais de pobreza e pobreza extrema aumentaram a nível regional. Em 2016, o número de pessoas pobres na América Latina chegou a 186 milhões, ou seja, 30,7% da população. A extrema pobreza afetou outros 61 milhões de pessoas, o equivalente a 10% da população <sup>1</sup> . No âmbito regional, a pobreza afeta principalmente a população rural. Em 2016, 48,6% da população rural vivia em situação de pobreza contra 26,8% da população urbana e 22,5% da população rural vivia em extrema pobreza, contra 7,2% da população

<sup>1</sup> CEPAL (2018). *Panorama Social de América Latina -2017*. Disponível em [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/42716/4/S1800002\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/42716/4/S1800002_es.pdf) Acesso em março de 2018.



urbana. Em termos dos setores afetados, há grupos mais vulneráveis, como mulheres, crianças, jovens, por gênero e idade, e indígenas e afrodescendentes, por etnia<sup>2</sup>. Este cenário contrasta com o crescimento observado da agricultura na região na última década. Portanto, a mudança para uma abordagem agroambiental nas políticas deve necessariamente visar à superação da pobreza rural.

#### *Conceitos chave*

*Limiar ou linha de pobreza:* O nível mínimo de renda necessário para manter um padrão de vida adequado em um determinado país ou região. O nível da Linha da Pobreza, bem como a definição de pobreza, varia entre os países.

## Metodologia

### *Definição das variáveis conformando o indicador*

[Ver fórmula abaixo]

### *Unidade de Medida*

Porcentagem (%)

### *Fórmula de Cálculo do Indicador*

Dado que o indicador é muito semelhante ao proposto nos ODS, a fórmula sugerida é replicada abaixo:

$$P_0 = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N I(y_i < z) = \frac{N_p}{N}$$

### *Onde:*

- $I()$  é uma função de indicador que assume um valor de **1** se a expressão entre colchetes for verdadeira e de **0** no caso contrário. Se o consumo individual ou renda  $y_i$  é menor do que a linha de pobreza nacional  $z$  (por exemplo, em termos absolutos a linha poderia ser o preço de um pacote de consumo ou em termos relativos uma porcentagem da distribuição de renda), então  $I()$  é igual a **1** e o indivíduo é considerado como pobre.
- $N_p$  é o número total de pessoas pobres, urbanas ou rurais.
- $N$  é a população total, urbana ou rural.

### *Fonte de Dados (Analisar e identificar/registrar a factibilidade de obter os dados: alta, média e baixa)*

Instituições responsáveis pelas estatísticas nacionais, Ministério do Desenvolvimento Social.

### *Periodicidade de atualização do Indicador*

De acordo com a periodicidade das pesquisas que levantam os dados. Anual

<sup>2</sup> FAO (2013) *Pobreza rural y políticas públicas en América Latina y el Caribe*. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/018/i3069s/i3069s.pdf> Acesso em março de 2018.



### **OBSERVAÇÕES A SEREM CONSIDERADAS:**

- Este indicador está muito próximo dos indicadores 1.2.1 e 1.2.2 da Meta 1.2 dos ODS, adicionando apenas uma nova divisão dos dados por "grupo étnico".
- Além dos indígenas e afrodescendentes, a categoria "*comunidades locais*" também foi incluída. Há países que, além de povos indígenas e comunidades afrodescendentes, catalogam outros grupos sociais que são reconhecidos como pertencentes a outras identidades. No Brasil, por exemplo, eles são agrupados sob a denominação de "*povos e comunidades tradicionais*", com reconhecimento legal. Em outros países, isso é considerado de outras maneiras. **Portanto, é necessário esclarecer no texto do indicador como será tratado, por exemplo, acrescentando "*de acordo com a realidade de cada país*". Também é necessário considerar como decompor essas informações nas pesquisas que originam os dados para o cálculo do indicador.**
- As estimativas nacionais da pobreza são um conceito diferente das estimativas internacionais da pobreza. A taxa de pobreza no nível nacional é definida com base nas linhas de pobreza específicas do país e das moedas locais, que são diferentes em termos reais entre países e diferentes da linha de pobreza internacional de US \$ 1,90 por dia. Portanto, as taxas nacionais de pobreza não podem ser comparadas entre países ou com a taxa de pobreza internacional de US \$ 1,90 por dia<sup>3</sup>.
- **Proposta do grupo: incluir indicador semelhante, referente a extrema pobreza. Importante para monitoramento de políticas públicas e relaciona-se com Meta 1.1 dos ODS**

### **3 - 2.2. Componente: Segurança alimentar e nutricional**

#### **INDICADOR 2.2.1: Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população urbana e rural, segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar**

##### **Definições**

###### *Nome do Indicador*

Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população urbana e rural, segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

###### *Descrição do Indicador*

O indicador mede a Porcentagem de indivíduos na população que sofreram insegurança alimentar a níveis moderados ou graves durante um período de referência. A gravidade da insegurança alimentar, definida como um traço latente, é medida de acordo com a referência nacional da Escala de Insegurança Alimentar.

<sup>3</sup> Idem anterior.



### *Relação com os ODS*

**Objetivo 2:** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

**Meta 2.1:** Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano

**Indicador 2.1.2:** Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, baseado na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar

### *Relação com as DVPA-ALC*

Diretriz 3.5: Equidade na geração e distribuição de riqueza

### *Relevância ou pertinência do indicador para as DVPA-ALC*

Nos anos 2000, a região fez progressos substanciais na redução da fome. No entanto, as últimas estimativas da FAO<sup>4</sup> indicam que a América Latina segue a tendência mundial de aumento da desnutrição. Em 2016, a prevalência de desnutrição na Região alcançou 6,6% da população, o equivalente a 42,5 milhões de pessoas que não possuem o alimento necessário para suprir suas necessidades diárias de energia. Este valor equivale a um aumento de 2,4 milhões de pessoas em relação ao ano de 2015.

Embora a desnutrição crônica tenha caído de 24,5% em 1990 para 11% em 2016, a desnutrição crônica ainda afeta 5,9 milhões de crianças. A obesidade é outro problema que apresenta tendência de crescimento, afetando principalmente mulheres adultas. Em 24 países da América Latina e Caribe, uma proporção de pessoas obesas é encontrada em valores próximos ou superiores a 20% da população. Tendo a segurança alimentar e nutricional como um dos princípios orientadores do DVPA-ALC, o indicador é essencial para verificar como as condições de acesso aos alimentos progredem.

### *Conceitos chave*

*Insegurança alimentar moderada*<sup>5</sup>: A insegurança alimentar em níveis moderados de gravidade é tipicamente associada à incapacidade de comer regularmente dietas saudáveis e equilibradas.

Como tal, uma alta prevalência de insegurança alimentar em níveis moderados pode ser considerada como um preditor de várias formas de condições de saúde relacionadas à dieta na população, associadas à deficiência de micronutrientes e dietas desequilibradas<sup>6</sup>.

*Insegurança alimentar severa*: Uma alta probabilidade de reduzir a ingestão de alimentos que, portanto, pode levar a formas mais graves de desnutrição, incluindo a fome.

*Escala de Experiência de Insegurança Alimentar*<sup>7</sup>: A prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, um indicador baseado na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES), refere-se à capacidade das pessoas de acessar alimentos. É um indicador que complementa o indicador de subnutrição e permite melhorar a caracterização da fome. Consiste em um conjunto de oito perguntas dicotômicas (sim/não) curtas que são feitas diretamente às pessoas, geralmente em entrevistas pessoais, mas que também podem ser feitas pelo telefone.

<sup>4</sup> FAO y OPS (2017). *Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i7914s.pdf> Acesso em março de 2018.

<sup>5</sup> United Nations (2018). *SDG Indicators. Metadata Repository. Objetivo 2- Indicador 2.1.2*. Disponível em <https://unstats.un.org/sdgs/metadata/files/Metadata-02-01-02.pdf> Acesso em março de 2018.

<sup>6</sup> United Nations (2018). *SDG Indicators. Metadata Repository. Objetivo 2- Indicador 2.1.2*. Disponível em <https://unstats.un.org/sdgs/metadata/files/Metadata-02-01-02.pdf> Acesso em março de 2018.

<sup>7</sup> FAO (2013). *La escala de experiencia de inseguridad alimentaria. Preguntas frecuentes*. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-bl354s.pdf> Acesso em março de 2018.



## Metodologia

<i>Definição das variáveis conformando o indicador</i>
[Ver detalhes na descrição da fórmula de cálculo]
<i>Unidade de Medida</i>
[ver detalhes na descrição da fórmula de cálculo]
<i>Fórmula de Cálculo do Indicador</i>
<p>Como o indicador está escrito como indicador 2.1.2 dos ODS, um resumo dos métodos computacionais congruentes descritos nos metadados do repositório dos Indicadores OD é apresentado abaixo<sup>8</sup>:</p> <p>Os dados no nível individual ou domiciliar são coletados aplicando-se uma escala de segurança alimentar baseada na experiência em um questionário dentro de uma pesquisa. O módulo de pesquisa de segurança alimentar coleta respostas às perguntas pesquisadas para informar a ocorrência de várias experiências e condições típicas associadas à insegurança alimentar.</p> <p>Os dados são analisados usando o modelo Rasch (também conhecido como modelo logístico de um parâmetro, 1-PL), que postula que a probabilidade de se observar uma resposta afirmativa do entrevistado <i>j</i>, é uma função logística da distância, em uma escala de gravidade subjacente, entre a posição do entrevistado <i>ai</i> e do artigo, <i>bj</i>:</p> $\text{Prob}\{X_{i,j} = \text{Yes}\} = \frac{\exp(ai - bj)}{1 + \exp(aj - bj)}$
<i>Fonte de Dados (Analisar e identificar/registrar a factibilidade de obter os dados: alta, média e baixa)</i>
Sistemas nacionais de seguimento da situação alimentar e nutricional
<i>Periodicidade de atualização do Indicador</i>
<b>Periodicidade dos países?</b>

## **OBSERVAÇÕES A SEREM CONSIDERADAS:**

- Vários países da América Latina e do Caribe desenvolveram e começaram a aplicar escalas de percepção da insegurança alimentar muito antes do surgimento do FIES. A metodologia aplicada pela Venezuela, Colômbia e Brasil servirá de base para desenvolver, com o apoio da FAO, a Escala Latino-Americana e Caribenha sobre Segurança Alimentar (ELCSA), uma tentativa de harmonizar as escalas utilizadas<sup>9</sup>.
- **É importante que, nos Workshops Nacionais, especialistas na área de Segurança Alimentar e setores governamentais responsáveis possam dar maior clareza a este indicador.**

<sup>8</sup> United Nations (2018). SDG Indicators. Metadata Repository. Objetivo 2- Indicador 2.1.2 Disponível em <https://unstats.un.org/sdgs/metadata/files/Metadata-02-01-02.pdf>

<sup>9</sup> FAO (2012). *Escala Latinoamericana y Caribeña de Seguridad Alimentaria (ELCSA): Manual De Uso y Aplicaciones*. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i3065s.pdf> Acesso em março de 2018.



As escalas nacionais serão alinhadas com o FIES?  
Trabalharemos com escalas que os países já usam?

- Observação do grupo: As análises devem levar em conta não só o total da insegurança alimentar, mas também a gradação da insegurança (se leve, moderada ou grave)

**INDICADOR 2.2.2: Prevalência de má-nutrição (peso para estatura, desvio típico  $>+2$  ou  $<-2$  da mediana dos padrões de crescimento infantil da OMS), entre crianças menores de 5 anos, discriminada por tipo (emaciação e sobrepeso), por situação do domicílio (urbana e rural) e raça/etnia (indígenas, afrodescendentes e povos e comunidades tradicionais).**

### Definições

#### *Nome do Indicador*

Prevalência de má-nutrição (peso para estatura, desvio típico  $>+2$  ou  $<-2$  da mediana dos padrões de crescimento infantil da OMS), entre crianças menores de 5 anos, discriminada por tipo (emaciação e sobrepeso), por situação do domicílio (urbana e rural) e raça/etnia (indígenas, afrodescendentes e povos e comunidades tradicionais).

#### *Descrição do Indicador*

O indicador verifica a prevalência da desnutrição analisando se a relação entre as dimensões da massa corporal e da estatura está de acordo com os padrões estabelecidos pela OMS. Quando o peso é baixo para a altura, é caracterizado como "emaciação" e quando é mais alto, é caracterizado como "sobrepeso". Ambas as situações têm implicações para a saúde e o desenvolvimento das crianças.

#### *Relação com os ODS*

**Objetivo 2:** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

**Meta 2.2:** Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

**Indicador 2.2.2:** Prevalência de desnutrição (peso para estatura, desvio típico  $>+2$  o  $<-2$  da mediana dos padrões de crescimento infantil da OMS), entre crianças menores de 5 anos, discriminada por tipo (emaciação e peso excessivo).

#### *Relação com as DVPA-ALC*

Lineamiento 3.5: Equidade na geração e distribuição de riqueza

#### *Relevância ou pertinência do indicador para as DVPA-ALC*

As últimas estimativas da FAO<sup>10</sup> indicam que a desnutrição crônica em América Latina y o Caribe foi reduzida de 24,5%, em 1990 para 11% em 2016. No entanto, a desnutrição crônica ainda afeta 5,9 milhões de crianças. No outro extremo está a questão do sobrepeso, resultado de uma dieta desequilibrada e que também é uma manifestação de problemas nutricionais. Pelo menos 24 países da América Latina e do Caribe apresentam uma proporção de pessoas com sobrepeso em valores próximos ou superiores a 20% da

<sup>10</sup> FAO y OPS (2017). *Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i7914s.pdf> Acesso em março de 2018.



população. Tendo a segurança alimentar e nutricional como um dos princípios orientadores do DVPA-ALC, o indicador é essencial para verificar como as condições nutricionais da população progridem.

#### *Conceitos chave*

*Má-nutrição*<sup>11</sup>: A má-nutrição resulta de deficiências, excessos ou desequilíbrios no consumo de macro ou micronutrientes. A má-nutrição pode ser resultado de insegurança alimentar, de maus hábitos alimentares ou pode estar relacionada a fatores não alimentares, como práticas inadequadas de atendimento infantil, serviços de saúde insuficientes ou um ambiente insalubre.

*Emaciação*<sup>12</sup>: Situação em que a criança tem um baixo peso para a sua altura, geralmente como resultado de uma falta aguda de alimentos ou doença, ou ambos.

Emaciação ou magreza indicam, na maioria dos casos, um processo recente e sério de perda de peso, frequentemente associado à fome aguda e/ou doença grave ou ao resultado de uma condição crônica desfavorável.

## Metodologia

#### *Definição das variáveis conformando o indicador*

*Altura*: A altura da criança, ou seja, o comprimento no caso de crianças menores de 2 anos de idade (medido com o indivíduo deitado), ou a altura para crianças de 2 anos de idade ou mais (medido com o indivíduo em pé), registrada em centímetros.

*Peso*: O peso da criança é registrado em quilos.

#### *Unidade de Medida*

Porcentagem (%)

#### *Fórmula de Cálculo do Indicador*

Este indicador está de acordo com a formulação do indicador 2.2.2 dos ODS, acrescentando a divisão por localização (urbana e rural) e por grupos étnicos. O

<sup>11</sup> FAO (2011). *Una introducción a los conceptos básicos de la seguridad alimentaria*. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/014/al936s/al936s00.pdf> Acesso em março de 2018.

<sup>12</sup> OMS (2010). *Nutrition Landscape Information System (NLIS) country profile indicators: interpretation guide*. Disponível em [http://www.who.int/nutrition/nlis\\_interpretation\\_guide.pdf](http://www.who.int/nutrition/nlis_interpretation_guide.pdf) Acesso em março 2018.



indicador é detalhado no manual da Organização Mundial de Saúde<sup>13</sup>, bem como os métodos de medição e análise<sup>14</sup>. Resumindo:

- As medições de altura e peso são avaliadas de acordo com os métodos recomendados. Os resultados são comparados em gráficos de peso por altura, de acordo com o sexo, onde cada um reflete a distribuição desse índice em uma população de referência, ou seja, aquela que inclui dados referentes a indivíduos saudáveis, vivendo em condições socioeconômicas, culturais e ambientais satisfatórias. Neste gráfico apresentamos os percentis do índice de peso por altura. A interseção da medida de peso da criança com a sua altura permitirá identificar a faixa percentual em que o indivíduo se encontra; os pontos de corte devem ser observados para sua interpretação.
- O percentil de peso por altura em que a criança é encontrada também pode ser identificado por meio de tabelas que mostram diferentes valores de peso, dependendo da altura e do sexo do indivíduo.

*Fonte de Dados (Analisar e identificar/registrar a factibilidade de obter os dados: alta, média e baixa)*

Sistemas nacionais de seguimento da situação alimentar e nutricional

*Periodicidade de atualização do Indicador*

Para cada 3 – 5 anos (indicação da OMS)

### **OBSERVAÇÕES A SEREM CONSIDERADAS:**

- Em geral, os sistemas de monitoramento das condições de nutrição das crianças utilizam mais de um índice antropométrico para fazer a avaliação do estado nutricional, combinando a interpretação dos resultados de peso por idade, estatura por idade e peso por estatura. Os ODS trabalham com dois deles: peso por altura e peso por idade.
- Nas oficinas de discussão dos indicadores para as Diretrizes Voluntárias, foi escolhido apenas “Peso por altura”. **O uso isolado do índice sem considerar a idade não permite verificar se as medidas são adequadas para cada idade.**
- A maioria dos países já possui um sistema de coleta de dados e monitoramento desses índices, seja para orientar políticas nacionais na área de saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional ou para colaborar com estatísticas globais da OMS.
- **É importante considerar qual será o nível de detalhe em termos de localização (rural e urbana) e por grupos étnicos que é viável adotar, levando em consideração os sistemas de monitoramento em vigor em cada país.**

<sup>13</sup> OMS (2015). *Global Reference List of 100 Core Health Indicators, 2015: Metadata*. Disponível em [http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/173589/WHO\\_HIS\\_HSI\\_2015.3\\_eng.pdf;jsessionid=134B965E6A6952B5F3140D2D8746770D?sequence=1](http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/173589/WHO_HIS_HSI_2015.3_eng.pdf;jsessionid=134B965E6A6952B5F3140D2D8746770D?sequence=1) Acesso em março de 2018.

<sup>14</sup> OMS (2008). *WHO Child Growth Standards Length/height-for-age, weight-for-age, weight-for-length, weight-for-height and body mass index-for-age Methods and development*. Disponível em [http://www.who.int/childgrowth/standards/Technical\\_report.pdf](http://www.who.int/childgrowth/standards/Technical_report.pdf) Acesso em março de 2018.



### 3 - 2.3. Componente: SAÚDE

#### INDICADOR 2.3.1: Porcentagem da população com acesso a água potável para consumo humano, desagregada por situação de domicílio (urbana e rural).

##### Definições

<i>Nome do Indicador</i>
Porcentagem da população com acesso à água potável para consumo humano, desagregada por situação de domicílio (urbana e rural).
<i>Descrição do Indicador</i>
O indicador busca verificar o grau de acesso da população à água potável para consumo. O acesso à água e ao saneamento é considerado um indicador socioeconômico e de saúde básico, e um dos principais determinantes da sobrevivência infantil, da saúde materno-infantil, do bem-estar familiar e da produtividade econômica.
<i>Relação com os ODS</i>
<b>Objetivo 6:</b> Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. <b>Meta 6.1:</b> Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos. <b>Indicador 6.1.1:</b> Proporção da população que utiliza serviços de fornecimento de água potável gerenciados sem riscos.
<i>Relação com as DVPA-ALC</i>
Lineamento 3.5: Equidade na geração e distribuição de riqueza
<i>Relevância ou pertinência do indicador para as DVPA-ALC</i>
Em 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu explicitamente o direito humano ao abastecimento de água e saneamento. Todas as pessoas têm o direito de ter água contínua, suficiente, segura, fisicamente acessível e acessível, de qualidade aceitável para uso pessoal e doméstico. Segundo os dados da OMS, embora haja avanços no acesso aos serviços de abastecimento de água para consumo, as estimativas de 2015 sugerem que apenas 65% da população da América Latina tinha acesso a um serviço de água potável gerenciada de forma segura, ou seja, localizado em casa, disponível quando necessário e livre de contaminação <sup>15</sup> . O relatório também aponta que a grande maioria da população sem acesso a esses serviços está nas áreas rurais. O agravamento dos processos de mudança climática complica ainda mais a situação. No que diz respeito às atividades produtivas da agricultura, os sistemas de irrigação não-rationais e o uso indiscriminado de pesticidas são concorrentes diretos pelo direito de acesso à água potável.
<i>Conceitos chave</i>
Água potável <sup>16</sup> : Água sem contaminação por organismos fecais e sem contaminação química.

##### Metodologia

<sup>15</sup> OMS (2017). *Progresos en materia de agua potable, saneamiento e higiene: informe de actualización de 2017 y línea de base de los ODS*. Disponível em

<http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/260291/9789243512891-spa.pdf?sequence=1> Acesso em março de 2018.

<sup>16</sup> Idem anterior.



*Definição das variáveis conformando o indicador*

*Número de pessoas com acesso à água potável:* quantidade de pessoas com acesso à água potável na amostra.

*Número total da amostra:* número total de pessoas na amostra.

*Unidade de Medida*

Porcentagem (%)

*Fórmula de Cálculo do Indicador*

Para o indicador proposto 6.1.1 dos ODS, a OMS apresenta as seguintes definições sobre o cálculo do indicador<sup>17</sup>:

- O indicador é calculado como a razão do número de pessoas que usam um serviço de água, urbano e rural, expresso em porcentagem. Dados de pesquisas domiciliares ou censos fornecem informações sobre os tipos de fontes básicas de água potável listadas acima. Esses dados serão combinados com dados de qualidade de testes diretos de qualidade da água em casa, bem como dados de registros administrativos ou marcos regulatórios para vários aspectos do gerenciamento seguro. A porcentagem da população total que usa um serviço de água segura gerenciada com segurança é a média ponderada da população dos dois últimos números.

[Considerar nos workshops nacionais, as formas de trabalho de cada país como medida para o indicador]

*Fonte de Dados (Analisar e identificar/registrar a factibilidade de obter os dados: alta, média e baixa)*

Institutos de estatística nacional, Ministério da Saúde, instituições governamentais responsáveis pela gestão da água.

*Periodicidade de atualização do Indicador*

A cada 2 anos, conforme a periodicidade do Indicador ODS de responsabilidade da OMS?

**OBSERVAÇÕES A SEREM CONSIDERADAS:**

- O Programa Conjunto de Monitoramento de Água, Saneamento e Higiene (OMP) da OMS vem produzindo estimativas de progresso nacional, regional e global desde 1990. Os serviços de estatísticas nacionais têm informações sobre a cobertura do acesso à água, mas os dados sobre a qualidade nem sempre estão disponíveis, principalmente sobre a temática da contaminação química. No caso de contaminação por agrotóxicos, os sistemas de monitoramento são ainda menos exatos.
- A formulação do indicador sugerido como resultado do Workshop do Panamá é um pouco diferente da formulação dos ODS. **É necessário considerar se isso cria alguma discrepância com os sistemas nacionais de monitoramento da questão do acesso à água.**
- Observação do grupo: O grupo considera de extrema importância um indicador relativo a qualidade da água, mas avalia que as fontes de dados existentes no Brasil são insuficientes para produzir um indicador desse tipo atualmente. Essa lacuna

<sup>17</sup> OMS (2015). *Global Reference List of 100 Core Health Indicators, 2015: Metadata*. Disponível em [http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/173589/WHO\\_HIS\\_HSI\\_2015.3\\_eng.pdf;jsessionid=134B965E6A6952B5F3140D2D8746770D?sequence=1](http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/173589/WHO_HIS_HSI_2015.3_eng.pdf;jsessionid=134B965E6A6952B5F3140D2D8746770D?sequence=1) Acesso em março de 2018



poderia ser suprida pelo desenvolvimento dos dados do Sisagua do Ministério da Saúde ou pela inclusão de teste da qualidade da água em pesquisas domiciliares amostrais do IBGE, como a Pesquisa Nacional de Saúde.

**INDICADOR 2.3.2: Incidência de morbimortalidade associada à qualidade da água por área geográfica (urbana, rural). (grupo sugeriu manter mesma redação do indicador 3.9.1 dos ODSs)**

### Definições

<i>Nome do Indicador</i>
Incidência de morbimortalidade associada à qualidade da água por situação de domicílio (urbana, rural). [Ver observações]
<i>Descrição do Indicador</i>
O indicador busca verificar o número de pessoas doentes (morbidade) e o número de óbitos (mortalidade) associados à baixa qualidade da água, que poderiam ser evitados eliminando fontes de contaminação biológica e química, bem como melhorando os serviços de tratamento e acesso a água potável. [Ver observações]
<i>Relação com os ODS</i>
<b>Objetivo 3:</b> Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. <b>Meta 3.9:</b> Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo <b>Indicador 3.9.1:</b> Taxa de mortalidade atribuída a água não segura, saneamento inseguro e falta de higiene (exposição a serviços de água, saneamento e higiene não seguros para todos (WASH))
<i>Relação com as DVPA-ALC</i>
Diretriz 3.5: Equidade na geração e distribuição de riqueza (consideramos que a diretriz não se aplica a esse indicador)
<i>Relevância ou pertinência do indicador para as DVPA-ALC</i>
Em 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu explicitamente o direito humano ao abastecimento de água e saneamento. Todas as pessoas têm o direito de ter água contínua, suficiente, segura, fisicamente acessível e acessível, de qualidade aceitável para uso pessoal e doméstico. O acesso a água de qualidade e segura é um dos instrumentos mais eficazes para promover a saúde e reduzir a pobreza. A agricultura é uma das fontes de poluição da água. Além da pressão sobre os recursos hídricos para irrigação, a intensificação da produção agrícola pode causar a degradação da qualidade das águas superficiais por fertilizantes e pesticidas, que, através da infiltração, podem atingir as águas subterrâneas. Na produção pecuária, a contaminação da água pelos resíduos e pelos produtos veterinários (antibióticos, vacinas e hormônios) também é um problema crescente. O mesmo se aplica à aquicultura intensiva, que pode exportar fezes, restos de comida e remédios para os corpos de água <sup>18</sup> .
<i>Conceitos chave</i>

<sup>18</sup> MATEO-SAGASTA, J (2017). *Water pollution from agriculture: a global review. Executive Summary*. FAO & IWMI. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i7754e.pdf> Acesso em abril de 2018.



*Incidência*<sup>19</sup>: A incidência de uma doença é o número de novos casos registrados em um determinado período de tempo, geralmente um ano.

É importante não confundir com o conceito de "*Prevalência*", que é o número de pessoas que têm a doença ou condição em um determinado período de tempo.

*Mortalidade*<sup>20</sup>: Os dados de mortalidade indicam o número de mortes para cada local, intervalo de tempo e causa.

A causa básica da morte é definida como "a doença ou lesão que desencadeou a sucessão de eventos patológicos que levaram diretamente à morte, ou as circunstâncias do acidente ou ato de violência que produziu a lesão fatal", conforme declarado na Classificação Internacional de doenças.

*Morbidade*: Refere-se ao conjunto de indivíduos, dentro da mesma população, portadores de uma doença específica em um determinado intervalo de tempo. A morbidade serve para mostrar o comportamento das doenças e das queixas à saúde da população.

## Metodologia

*Definição das variáveis conformando o indicador*

[Ver observações]

*Unidade de Medida*

[Ver observações]

*Fórmula de Cálculo do Indicador*

[Ver observações]

*Fonte de Dados (Analisar e identificar/registrar a factibilidade de obter os dados: alta, média e baixa)*

Sistemas nacionais de monitoramento de indicadores de saúde da população, Ministério da Saúde.

*Periodicidade de atualização do Indicador*

Anual ??

## OBSERVAÇÕES A SEREM CONSIDERADAS:

- Primeiro, os tipos de indicadores utilizados em epidemiologia devem ser considerados: (a) *Taxas*: relação entre o número de casos que apareceram em um período de tempo e a população total; (b) *Razões ou índices*: quociente entre magnitudes em que, em caso nenhum, o numerador está incluído no denominador; (c) *Proporções*: Razão em que o numerador é incluído no denominador; (d) *Concentrações de casos*: de acordo com um conglomerado de casos; (e) *Indicadores de risco*: medidas de força e especificidade das associações.
- A formulação do Indicador 3.9.1 dos ODS trabalha a "*Taxa de mortalidade*", sem incluir a morbidade.
- **A redação do indicador proposto no Workshop do Panamá trata da "*Incidência da morbimortalidade*", misturando diferentes variáveis e conceitos.** (Ver os conceitos que são apresentados no campo "conceitos-chave").

<sup>19</sup>

<sup>20</sup> OMS (2018). *Temas de salud*. Disponível em <http://www.who.int/topics/mortality/es/> Acesso em abril de 2018.



Organización de las Naciones Unidas  
para la Alimentación y la Agricultura



MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE



- Propõe-se mudar o texto para "taxa de mortalidade". Nesse caso, se adotaria a metodologia sugerida pela OMS<sup>21</sup>.

### INDICADOR 2.3.3: Taxa de mortalidade atribuída à intoxicação não intencional.

#### Definições

<i>Nome do Indicador</i>
Taxa de mortalidade atribuída à intoxicação não intencional.
<i>Descrição do Indicador</i>
O indicador procura verificar quantas pessoas morrem de envenenamentos involuntários. Essa medida fornece uma indicação da magnitude do manejo inadequado de substâncias químicas perigosas e da contaminação, e também da eficácia do sistema de saúde de um país. As estatísticas de causas de morte ajudam as autoridades de saúde a determinar sua abordagem às ações de saúde pública.
<i>Relação com os ODS</i>
<b>Objetivo 3:</b> Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. <b>Meta 3.9:</b> Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo. <b>Indicador 3.9.3:</b> Taxa de mortalidade atribuída à intoxicação não intencional.
<i>Relação com as DVPA-ALC</i>
Diretriz 3.3 Modelo de produção e serviços sustentáveis
<i>Relevância ou pertinência do indicador para as DVPA-ALC</i>
Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde, 12,6 milhões de mortes no mundo registradas em 2012, que representam 23% de todas as mortes, foram atribuídas ao meio ambiente. Somando os números de morte e invalidez, a fração da carga global da doença devido ao meio ambiente é de 22%. Em crianças com menos de cinco anos, até 26% de todas as mortes poderiam ser evitadas, eliminando os riscos ambientais. A agricultura é um dos setores produtivos aos quais as doenças ambientais são atribuídas, destacando a exposição dos trabalhadores e consumidores aos agrotóxicos. Portanto, a redução de doenças e mortalidade decorrentes de causas ambientais requer ações intersetoriais que levam a mudanças nas práticas e processos produtivos que impactam o meio ambiente e, conseqüentemente, afetam a saúde <sup>22</sup> .
<i>Conceitos chave</i>

<sup>21</sup> SDG (2018). *SDG Indicators. Metadata Depository*. Disponível em

<https://unstats.un.org/sdgs/metadata/files/Metadata-03-09-02.pdf> Acesso em abril de 2018.

<sup>22</sup> PRÜSS-ÜSTÜN, A. et al (2016) *Preventing disease through healthy environments: a global assessment of the burden of disease from environmental risks*. WHO, France. Disponível em

[http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/204585/9789241565196\\_eng.pdf?sequence=1](http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/204585/9789241565196_eng.pdf?sequence=1) Acesso em abril de 2018.



*Taxa*: relação entre o número de casos aparecidos em um período de tempo e o total populacional;  
*Mortalidade*<sup>23</sup>: Os dados de mortalidade indicam o número de mortes para cada local, intervalo de tempo e causa. A causa básica da morte é definida como "a doença ou lesão que desencadeou a sucessão de eventos patológicos que levaram diretamente à morte, ou as circunstâncias do acidente ou ato de violência que produziu a lesão fatal", conforme declarado na Classificação Internacional de doenças.

## Metodologia

### Definição das variáveis conformando o indicador

*Número de mortes por intoxicação não intencional*: quantidade de mortes por intoxicação não intencional por ano.

*Número total da população*: Quantidade total da população

### Unidade de Medida

Número para cada 100.000 habitantes

### Fórmula de Cálculo do Indicador

A taxa de mortalidade atribuída a intoxicações não intencionais, definida como o número de mortes por envenenamento involuntário em um ano, dividido pela população e multiplicado por 100.000.

*Fonte de Dados (Analisar e identificar/registrar a factibilidade de obter os dados: alta, média e baixa)*

Serviços de registro civil nacional com cobertura total e atestado médico da causa da morte, Ministério da Saúde.

### Periodicidade de atualização do Indicador

A cada 2 ou 3 anos, de acordo com a periodicidade da divulgação da OMS?

## **OBSERVAÇÕES A SEREM CONSIDERADAS:**

- O indicador tem a mesma formulação proposta para o Indicador 3.9.3 dos ODS, pela OMS. De acordo com os metadados do ODS, o indicador 3.9.3 inclui as contaminações causadas por diferentes grupos de agentes químicos listados sob os códigos X40, X43-X44, X46 a X49 da Classificação Internacional de Doenças (CIE) (o ICD-10 por sua sigla em inglês)<sup>24</sup>. O código X48 trata das intoxicações acidentais por pesticidas. O indicador não inclui exposição ocupacional a pesticidas (código Z57.4) efeitos tóxicos de pesticidas (código T60).
- Segundo dados da OMS apresentados nos metadados dos ODS, apenas 19 dos 34 países da América Latina possuem informações para esse indicador. Além disso, reconhece-se que existe um problema de baixa notificação das causas de morte por intoxicação química, particularmente aquelas causadas por pesticidas. **Portanto, devemos considerar a situação do sistema nacional de registros para este indicador em cada país, a fim de chegar a uma formulação que seja viável para monitorá-lo.**

<sup>23</sup> OMS (2018). *Temas de salud*. Disponível em <http://www.who.int/topics/mortality/es/> Acesso em abril de 2018.

<sup>24</sup> WHO (2016). *ICD-10 Versión 2016*. Disponível em <http://apps.who.int/classifications/icd10/browse/2016/en> Acesso em abril de 2018.



- Grupo reforça observações anteriores, referentes a inclusão dos casos referentes aos códigos Z57.4 e T60, e a necessidade de avaliar a subnotificação.

### 3 - 2.4. Componente: EDUCAÇÃO

**INDICADOR 2.4.1: Porcentagem de jovens (16 a 29 anos) que não estudam, não têm emprego ou recebem formação por situação do domicílio (urbana e rural), sexo e raça/etnia (indígenas, afrodescendentes e povos e comunidades tradicionais locais).**

#### Definições

##### *Nome do Indicador*

Porcentagem de jovens (16 a 29 anos) que não estudam, não têm emprego ou recebem formação por **situação do domicílio** (urbana e rural), **sexo e raça/etnia** (indígenas, afrodescendentes e **povos e comunidades tradicionais locais**).

##### *Descrição do Indicador*

O indicador é conhecido como NEET por sua sigla em inglês (*Neither in Education, Employment and Training*) e relata o número de jovens que estão fora da escola formal ou não formal, desempregados e outras formas de treinamento não acadêmico.

O indicador é considerado um bom indicador para atingir jovens excluídos do sistema educacional e do emprego.

A redação proposta discrimina por localização geográfica e sexo.

Os aumentos na taxa NEET para jovens e mulheres nas áreas rurais apontam para a necessidade de ações específicas para esses grupos.

##### *Relação com os ODS*

**Objetivo 8:** Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

**Meta 8.6:** Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.

**Indicador 8.6.1:** Porcentagem de jovens (entre 15 e 24 anos) sem emprego e que não frequentam sistemas de ensino ou formação.

##### *Relação com as DVPA-ALC*

Diretriz 3.5 : Equidade na geração e distribuição de riqueza

##### *Relevância ou pertinência do indicador para as DVPA-ALC*

O estudo publicado pela FAO<sup>25</sup> em 2016 estima que 30,9 milhões de jovens entre 15 e 29 anos vivem atualmente em áreas rurais dos 20 países que compõem a América Latina, o que equivale a 25,3% da população rural total e 19,6% do total de jovens. Além disso, cerca de 2,8 milhões de jovens "urbanos" também trabalham no setor agrícola e cerca de 11,9 milhões de jovens rurais que não trabalham. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam que, na América Latina e no Caribe, 19,4% dos jovens estão na categoria NEET, o equivalente a 11,9% dos homens e 27% das mulheres<sup>26</sup>. A proporção de jovens que não estudam ou trabalham é maior nas áreas rurais do que nas áreas urbanas.

<sup>25</sup> DIVEN, M. (2016). *Juventud rural y empleo decente en América Latina*. FAO. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i5570s.pdf> Acesso em abril de 2018.

<sup>26</sup> OIT (2017). *Global Employment Trends for Youth 2017- Paths to a better working future*. Disponível em [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_598669.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_598669.pdf) Acesso em abril de 2018.



Deve-se considerar que a juventude rural não é um bloco homogêneo, mas que há diversidade (assalariados agrícolas e não-agrícolas, jovens que trabalham como membros não remunerados da família, jovens -especialmente mulheres- "inativos", muitos dos quais trabalham duras e por muitas horas nas tarefas domésticas) e que necessitam de ações específicas para que os jovens, homens e mulheres, tenham acesso à educação e ao trabalho decente, garantindo a sustentabilidade da sucessão familiar nas unidades produtivas.

#### *Conceitos chave*

*Jovens:* Pessoas com idades compreendidas entre os 16 e os 29 anos (inclusive)<sup>27</sup>.

*Educação:* Aqui são consideradas as modalidades de estudo formal (educação institucionalizada, pública ou privada) ou não formal (educação institucionalizada de curto prazo).

*Treinamento:* O indicador é definido como atividade de aprendizagem não acadêmica, através da qual eles adquirem habilidades específicas para o trabalho profissional ou técnico. *Desempregados ou desempregados:* pessoas com idade superior a uma determinada idade e durante o período de referência: (1) eles não estavam empregados, (2) eles tinham realizado uma busca ativa por um trabalho, e (3) eles estão atualmente disponíveis para um trabalho. Deve-se notar que nem todos os países da região aplicam esses três critérios para a estimativa de pessoas desempregadas, uma vez que alguns incluem dentro dessa categoria aquelas pessoas que não buscaram emprego ativamente durante o período de busca<sup>28</sup>.

## Metodologia

### *Definição das variáveis conformando o indicador*

*Total de jovens*

*Jovens empregados*

*Jovens sem emprego, porém estudando ou em formação*

### *Unidade de Medida*

Porcentagem (%)

### *Fórmula de Cálculo do Indicador*<sup>29</sup>

O indicador é obtido pelo número de jovens que não estão em educação, emprego ou treinamento como porcentagem da população total de jovens:

Taxa NEET = [(Juventude - Jovens empregadas - Jovens desempregados, mas estudando ou em treinamento) / Total de jovens] \* 100

É importante notar que os jovens, seja no emprego, educação ou treinamento simultaneamente, não devem ser contabilizados duplamente quando subtraídos do número total de jovens.

*Fonte de Dados (Analisar e identificar/registrar a factibilidade de obter os dados: alta, média e baixa)*

<sup>27</sup> Idem anterior.

<sup>28</sup> OIT (2018). *Glossary of statistical terms*. Disponível em <http://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=778> Acesso em abril de 2018.

<sup>29</sup> SDG (2018). *SDG Indicators. Metadata Repository*. Disponível em <https://unstats.un.org/sdgs/metadata/files/Metadata-08-06-01.pdf> Acesso em abril de 2018



Serviços nacionais de estatística de educação e emprego

*Periodicidade de atualização do Indicador*

¿?

### **OBSERVAÇÕES A SEREM CONSIDERADAS:**

- A formulação do indicador proposto na oficina do Panamá foi muito semelhante ao indicador 8.6.1 dos ODS, com a diferença de que discrimina as informações por localização geográfica (rural e urbana), o que permite obter detalhes para os jovens no campo. **Sugere-se discriminar por sexo para capturar a dimensão de gênero.**
- Há países que consideram jovens com uma faixa etária diferente da proposta. Existem também diferenças nos critérios de classificação do que é urbano ou rural. **Sugere-se verificar qual é a situação em cada país e considerar se isso tem implicações na coleta nacional de dados.**
- Os dados publicados pela OIT indicam que apenas 16 países da América Latina e o Caribe possuem dados para calcular o indicador.
- O indicador NEET foi desenvolvido na Europa no final da década de 1990, especialmente para lidar com o emprego urbano. Há um debate sobre sua aplicabilidade no contexto da juventude rural, uma vez que o conceito de emprego é apresentado de forma diferente, especialmente na agricultura familiar e camponesa.
- Grupo redefiniu a faixa etária, em linha com a legislação vigente e as políticas públicas voltadas para esse segmento (16 a 29 anos).
- Dúvida em relação ao conceito de educação informal. Deveria incluir educação não institucionalizada? A depender da definição, mensuração seria mais difícil.
- Concordamos que há problema na aplicação do conceito ao Brasil, sendo necessário análise mais cuidadosa.

### **3 - 2.5. Componente: TERRA E TERRITÓRIO**

#### **INDICADOR 2.5.1: Porcentagem de mulheres entre proprietários de terras agrícolas ou titulares de direitos sobre terras agrícolas.**

#### **Definições**

<i>Nome do Indicador</i>
Porcentagem de mulheres entre proprietários de terras agrícolas ou titulares de direitos sobre terras agrícolas.
<i>Descrição do Indicador</i>
O indicador corresponde ao sub-indicador 5.a.1 (b) dos ODS e centra-se na paridade de gênero, verificando em que medida as mulheres estão em desvantagem em relação aos direitos de propriedade/posse sobre terras agrícolas.
<i>Relação com os ODS</i>
<b>Objetivo 5:</b> Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas



**Meta 5.a:** Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

**Indicador 5.a.1:** (a) Proporção da população agrícola total com propriedade ou direitos assegurados sobre terras agrícolas, por sexo; e (b) proporção de mulheres entre proprietários e detentores de direitos sobre terras agrícolas, por tipo de posse

*Relação com as DVPA-ALC*

Diretriz 3.1: Desenvolvimento rural com enfoque territorial

*Relevância ou pertinência do indicador para as DVPA-ALC*

Nas últimas décadas, a igualdade de gênero tem sido reconhecida como o fim e meio para alcançar o desenvolvimento e a consolidação de sociedades mais justas e democráticas. No entanto, embora nos últimos anos tenham ocorrido avanços significativos na área do desenvolvimento social, a desigualdade entre homens e mulheres continua a ser parte estruturante da situação de desigualdade social na América Latina e no Caribe.<sup>30</sup> Na região, as mulheres constituem aproximadamente 51% da população total e só têm acesso a 38% da massa de renda gerada e recebida pelas pessoas, com os outros 62% correspondentes aos homens. Em 2010, as mulheres rurais representavam 20% da força de trabalho agrícola na América Latina, com diferentes formas de inserção produtiva<sup>31</sup>. No caso da posse da terra, apesar de sua importância na agricultura, as mulheres não desfrutam de condições de equidade. Juntamente com uma menor quantidade de terra, há também uma lacuna em detrimento das mulheres em termos de qualidade da terra, com uma menor concentração de mulheres nos territórios com maior potencial agrícola<sup>32</sup>. Isso levou à invisibilidade do trabalho feminino, que se reflete nos programas e políticas de distribuição de terras. Portanto, o indicador refere-se diretamente a metas orientadas para a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres.

*Conceitos chave*

**Posse da terra:** Relação, definida em termos legais ou consuetudinários, entre pessoas, sejam indivíduos ou grupos, com relação à terra e aos recursos naturais associados (água, árvores, minerais, fauna e flora silvestres, etc.). As regras sobre a posse definem como os direitos de propriedade à terra devem ser atribuídos dentro das sociedades. Os sistemas de posse da terra determinam quem pode usar os recursos e quais recursos podem ser usados, por quanto tempo e sob quais condições<sup>33</sup>.

**Direito de propriedade:** A propriedade da terra é um direito legalmente reconhecido de adquirir, usar e transferir terras. Nos sistemas de propriedade privada, esse é um direito semelhante a uma propriedade absoluta. No entanto, em sistemas onde a terra é propriedade do Estado, o termo refere-se à posse de direitos de propriedade em um sistema de propriedade privada; por exemplo, arrendamentos de longo prazo, ocupação, posse ou direitos de

<sup>30</sup> CEPAL (2015). Desarrollo social inclusivo. Una nueva generación de políticas para superar la pobreza y reducir la desigualdad en América Latina y el Caribe.

<sup>31</sup> NOBRE, M & HORA, K (2017). *Atlas de las Mujeres Rurales de América Latina y el Caribe*. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i7916s.pdf> Acesso em abril de 2018.

<sup>32</sup> SALCEDO, S. & GUZMÁN, L (2014). *Agricultura Familiar en América Latina y el Caribe: Recomendaciones de Política*. Santiago, FAO. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/019/i3788s/i3788s.pdf> Acesso em abril de 2018.

<sup>33</sup> FAO (2003). Posse da terra e Desenvolvimento Rural. *FAO Estudios sobre Tenencia de la Tierra*. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/005/y4307s/y4307s00.htm#Contents> Acesso em abril de 2018.



propriedade, uso concedido pelo Estado, muitas vezes por várias décadas, e que são transferíveis. Neste contexto, é mais apropriado falar de direitos de posse<sup>34</sup>.

*População agrícola:* Não há uma definição oficial para o termo. No contexto do indicador 5.a.1 dos ODS, ele é interpretado como o equivalente a pessoas envolvidas na agricultura, isto é, um adulto morando em uma casa onde pelo menos um dos membros dedicou-se principalmente ao trabalho agrícola durante os últimos 12 meses, independentemente do objetivo final (seja para a geração de renda ou autoconsumo) e do status de emprego<sup>35</sup>.

## Metodologia

### *Definição das variáveis conformando o indicador*

*Número de mulheres na população agrícola com propriedade ou direitos de posse.  
Total da população agrícola com direitos de propriedade ou de posse da terra para agricultura*

### *Unidade de Medida*

Porcentagem (%)

### *Fórmula de Cálculo do Indicador*

Sugestões metodológicas sobre como coletar dados para cálculo de indicadores são apresentadas em documentação específica.<sup>36</sup> O indicador pode ser obtido da seguinte forma:

**Número de mulheres** na população agrícola com direitos de propriedade ou de posse sobre terras agrícolas, dividido pelo **Total da população agrícola** com direitos de propriedade ou de posse sobre a terra para a agricultura, multiplicado por 100.

### *Fonte de Dados (Analisar e identificar/registrar a factibilidade de obter os dados: alta, média e baixa)*

IBGE e/ou Incra

### *Periodicidade de atualização do Indicador*

**Anual**

## **OBSERVAÇÃO:**

- De acordo com o conteúdo das fichas metodológicas dos ODS, **nenhum país produz o indicador. A FAO é responsável por monitorar o indicador e sugere que os países incorporem ajustes metodológicos em pesquisas nacionais para que as informações estejam prontamente disponíveis.**

<sup>34</sup> SDG (2018). *SDG Indicators - Metadata repository* Disponible en <https://unstats.un.org/sdgs/metadata/files/Metadata-05-0a-01.pdf> Acceso en abril de 2018.

<sup>35</sup> Idem anterior.

<sup>36</sup> UNITED NATIONS (2017). *UN Methodological Guidelines on the Production of Statistics on Asset Ownership from a Gender Perspective – Draft Guidelines*. Statistical Commission, Forty-eighth session, 7-10 March 2017. Disponível em <https://unstats.un.org/unsd/statcom/48th-session/documents/BG-2017-3h-UN-Guidelines-Statistics-on-Asset-Ownership-From-Gender-Perspective-E.pdf> Acceso en abril de 2018.



- No caso dos povos e comunidades tradicionais, a posse da terra pode ser coletiva, não sendo possível a aplicação desse indicador.

## INDICADOR 2.5.2: Agricultura familiar com direitos agrários (de acordo com as características de cada país)

### Definições

<i>Nome do Indicador</i>
Agricultura familiar com direitos agrários (de acordo com as características de cada país)
<i>Descrição do Indicador</i>
O indicador busca verificar o status dos direitos de posse da terra na agricultura familiar.
<i>Relação com os ODS</i>
<b>Objetivo 1:</b> Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares <b>Meta 1.4:</b> Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças <b>Indicador 1.4.2:</b> Proporção da população adulta total com direito de posse da terra, com documentação legalmente reconhecida e que percebe os seus direitos à terra como seguros, por sexo e por tipo de posse.
<i>Relação com as DVPA-ALC</i>
Diretriz 3.1 Desenvolvimento rural com enfoque territorial
<i>Relevância ou pertinência do indicador para as DVPA-ALC</i>
Na América Latina e no Caribe, a agricultura familiar e camponesa é responsável por cerca de 17 milhões de unidades de produção, que reúnem uma população de cerca de 60 milhões de pessoas. Estima-se que cerca de 57% dessas unidades estejam localizadas na América do Sul e que a proporção de unidades produtivas totais seja superior a 75% em quase todos os países da América Latina e exceda 90% em muitos deles <sup>37</sup> . Estima-se que 70% da produção de alimentos corresponda a 4 de 5 unidades produtivas. No entanto, 1% das maiores fazendas concentra mais da metade da área agrícola. Em outras palavras, 1% das fazendas possuem mais terras do que os 99% restantes. Portanto, superar a falta de equidade em termos de direito agrário é essencial para o avanço das metas da Agenda 2030.
<i>Conceitos chave</i>
<i>Agricultura familiar:</i> Pelo menos 12 definições diferentes foram compiladas para a agricultura familiar na América Latina. Os diferentes conceitos têm os seguintes elementos em comum: predominância do trabalho familiar; administração da unidade econômico-produtiva pelo chefe da fazenda; fazendas com uma superfície de pequenas dimensões <sup>38</sup> .

<sup>37</sup> CEPAL/FAO/IICA (2015). *Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe 2014. Resumen Ejecutivo*. Disponível em <http://repiica.iica.int/docs/b3165e/b3165e.pdf> Acesso em abril de 2014.

<sup>38</sup> SALCEDO, S. & GUZMÁN, L (2014). *Agricultura Familiar en América Latina y el Caribe: Recomendaciones de Política*. Santiago, FAO. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/019/i3788s/i3788s.pdf> Acesso em abril de 2018.



## Metodologia

<i>Definição das variáveis conformando o indicador</i>
[Ver observações abaixo]
<i>Unidade de Medida</i>
Porcentagem (%)
<i>Fórmula de Cálculo do Indicador</i>
<p>Para o Indicador 1.4.2 dos ODS, apresentam-se dois sub-indicadores:</p> <p>(a) Adultos com documentação legal de suas terras, divididos pelo total da população adulta na área rural [?], multiplicada por 100.</p> <p>e</p> <p>(b) Adultos que percebem os seus direitos de posse da terra como seguros, divididos pela amostra total e multiplicados por 100.</p> <p>O indicador é calculado como = <math>[0.5 * (a)] + [0.5 * (b)]</math></p>
<i>Fonte de Dados (Analisar e identificar/registrar a factibilidade de obter os dados: alta, média e baixa)</i>
IBGE, Incra, SPU, ICMBIO e FCP
<i>Periodicidade de atualização do Indicador</i>
Anual?

### **OBSERVAÇÕES A SEREM CONSIDERADAS:**

- A fim de simplificar e reduzir o número de indicadores, o Workshop do Panamá decidiu eliminar um indicador que tratava dos direitos territoriais dos povos indígenas e das comunidades afrodescendentes, colocando tudo sob um único termo de "agricultura familiar".
- Considerando que a questão da identidade indígena é muito forte na Região e vai além do direito agrário, **sugere-se que seja reconsiderada a manutenção de um indicador específico que possa lidar com os territórios indígenas e as comunidades afrodescendentes, de acordo com as características de cada país.**
- O indicador 1.4.2 dos ODS trata tanto da terra rural como urbana. Ainda é classificado como *TIER III* (Nível III), ou seja, grupo de indicadores que ainda requerem desenvolvimento metodológico.
- A forma de cálculo apresentada é a mesma do indicador 1.4.2 dos ODS, com a devida adaptação ao tema do indicador (direitos agrários). **É necessário avaliar se os sistemas nacionais possuem registros que permitam medir o indicador.**
- Grupo considerou relevantes separar agricultura familiar de povos e comunidades tradicionais.